

# BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo-mello-franco  
@bernardofm  
bmf@oglobo.com.br



## O presidente contra os índios

Jair Bolsonaro nunca escondeu o que pensa dos povos indígenas. O presidente já comparou os brasileiros que vivem em áreas demarcadas a "ani-

mais no zoológico". Há duas semanas, disse que eles "estão evoluindo". "Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós", afirmou.  
Ontem o governo passou da retórica à ação. De manhã, o "Diário Oficial" confirmou a entrega de um cargo-chave da Funai a um missionário evangélico. À tarde, o presidente assinou projeto que libera a extração de minério em terras indígenas.  
Ligado a uma organização americana, o evangelizador Ricardo Lopes Dias assumirá o setor de proteção aos índios isolados. Para permitir sua posse, a Funai mudou o cargo que reservava a cargo a servidores de carneira.  
A nomeação assustou antropólogos e indígenas. Eles temem que a estrutura da Funai seja usada para forçar contato com os índios isolados e facilitar o proselitismo religioso na floresta.  
Em outra frente, Bolsonaro assinou projeto que libera o garimpo em terras indígenas. A proposta abre caminho para um antiga bandeira do capitão.

Ele sempre fez lobby para entregar áreas protegidas da Amazônia à cobiça das mineradoras.  
Para o indigenista Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental, as ações do governo afrontam direitos garantidos na Constituição. Ele diz que Bolsonaro usa o poder para executar uma "política anti-indígena". "As declarações do presidente são toscas e preconceituosas. Revelam uma visão primária das relações da sociedade com os povos indígenas", afirma.  
Em solenidade no Planalto, o ministro Onyx Lorenzoni definiu o projeto que libera o garimpo como uma "nova Lei Áurea". Ele disse que os índios vão ganhar "autonomia", como se o objetivo não fosse entregar as riquezas do subsolo a grandes mineradoras.  
Neste ponto, Bolsonaro foi mais sincero. Ele admitiu que a proposta pró-garimpo sofrerá duras críticas dos ambientalistas. Em seguida, disse o que gostaria de fazer com o "pessoal do meio ambiente": "Se um dia eu puder, confino-os na Amazônia", afirmou.

Num só dia, Bolsonaro fortaleceu o lobby de garimpeiros e missionários de olho nas terras indígenas. As medidas afrontam direitos garantidos na Constituição, afirma Márcio Santilli

# STF tem maioria para alongar prescrição de pena

No plenário, sete ministros defendem que condenação em segunda instância interrompa contagem de prazo para arquivar processo. Decisão será confirmada para caso de apenas um réu, mas poderá criar precedente

CAROLINA BRIGIDO  
E LEANDRO PRAZERES  
opato@oglobo.com.br  
soakla

Sete dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram ontem pelo aumento do prazo de prescrição de um crime. Para a maioria, quando uma sentença judicial for confirmada por um tribunal de segunda instância, a contagem do prazo de prescrição deve ser interrompida para recomençar do zero. Na prática, isso pode dificultar que um processo seja arquivado antes mesmo de ser julgado.

O julgamento é no caso de apenas um réu, condenado em primeira e segunda instâncias por tráfico internacional. O resultado não poderá ser aplicado a outros casos. No entanto, pode servir de precedente para outros réus.

A decisão atenua um dos possíveis efeitos da tese fixada pelo Supremo, em novembro do ano passado, que determinou a exigência de esgotamento de todos os recursos antes do início do cumprimento da pena pelo réu. Uma das críticas à prisão somente depois do trânsito em julgado é justamente o risco de a demora no julgamento dos recursos resultarem na prescrição de crimes.

Ontem, a discussão no plenário foi interrompida quando o placar estava em sete votos a dois. O presidente, Dias Toffoli, pediu vista para analisar melhor o caso. Não há previsão de retomada do julgamento. Toffoli afirmou que só devolverá o pedido de vista depois de 19 de março, quando o ministro Celso de Mello retornar da licença médica.



Precedente aberto. Julgamento ontem no Supremo. Maioria dos ministros entendeu que, quando há decisão de segunda instância, a contagem do prazo de prescrição deve ser interrompida

A maioria foi formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luis Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Marco Aurélio Mello. Para os magistrados, o prazo prescricional deveria ser interrompido porque a decisão de segundo grau não era apenas a confirmação da condenação, mas uma nova sentença.

Por outro lado, os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes argumentaram que, quando há confirmação da sentença da primeira instância, o prazo deveria continuar correndo normalmente, porque não houve mudança na situação do réu. A posição dos dois favorece os condenados, porque a prescrição do crime chegaria mais rápido dentro do sistema judicial.  
A decisão do plenário vai apaziguar atual divergên-

cia entre as duas turmas do STF. Enquanto a Primeira Turma tem decisões diferentes sobre o assunto; a Segunda Turma, das quais participam Lewandowski e Mendes, determina que o prazo da prescrição conta a partir da primeira sentença condenatória e não zera quando há mera confirmação da segunda instância.

**"MUDANÇA RADICAL"**  
Ontem, na Câmara, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cezar Peluso voltou a defender a proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê a antecipação de penas após a condenação em segunda instância. Durante uma audiência pública da comissão especial que analisa a proposta, o ex-ministro disse, no entanto, que a adoção da medida é uma

"mudança radical" e que não sabe se a sociedade brasileira estaria preparada para ela.  
— O grande problema da proposta é que ela é uma proposta radical e o ser humano tem uma tendência à resistência a grandes mudanças. (...) Por isso que digo hoje aos senhores que eu não sei se o Congresso ou a sociedade brasileira estão preparados para essa mudança.

Peluso é considerado o autor intelectual da proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em novembro do ano passado. O texto prevê a extinção dos recursos especiais e extraordinário, aqueles apresentados aos tribunais superiores. Isso, na prática, faria com que a pena passasse a ser executada após a confirmação da condenação em segunda instância.

### Alcolumbre diz que nova regra para STF não é prioritária

> Listada como prioridade em documento distribuído à imprensa pela equipe de comunicação do Senado, a proposta que muda as regras de escolha para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e limita o mandato deles a 10 anos não é endossada pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), informou ontem a assessoria do parlamentar.

> A notícia de que a pauta estaria na agenda do Congresso animou defensores de alterações a Corte e causou mal-estar entre parlamentares que temem tensionamento entre os Poderes.

> A lista foi incluída em um documento sobre a abertura do ano legislativo na última segunda-feira. Além dela, são citadas nove propostas, como a reforma tributária e o marco legal do saneamento.

> Entre outras mudanças, a proposta prevê que o presidente da República deverá seguir uma lista tripartite — criada por uma comissão formada por instituições como OAB e a Procuradoria-Geral da República (PGR) — para indicar um ministro do STF, o que valerá a partir de 2023. (Amanda Almeida, Bruno Góes e Natália Portinari)

# Bolsonaro diz que Wajngarten está 'mais firme do que nunca'

Secretário de Comunicação é investigado pela PF por suspeita de peculato

DANIEL GULLINO  
daniel.gullino@oiglobo.com.br  
soakla

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o titular da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Fábio Wajngarten, não é um "criminoso". Questionado sobre a abertura de um inquérito pela Polícia Federal (PF) para investigar Fábio, Bolsonaro ressaltou que foi um pedido do Ministério Público Federal (MPF).

— Olha só, o que eu posso te falar. Não foi a PF que abriu. O MP que pediu para que fosse investigado. Então é completamente diferente do que você está falando. Dá a entender que ele é um criminoso. Não é criminoso, eu não vi nada que atente contra ele — disse Bolsonaro, na saída do Palácio da Alvorada.  
Bolsonaro disse ainda que o secretário está "mais firme do que nunca".  
— Está um mês batendo

no Wajngarten. Muda o disco. Wajngarten continua mais firme do que nunca.  
O objetivo do inquérito, aberto na última sexta-feira, é apurar se o chefe da Secom praticou atos de corrupção passiva, peculato e advocacia administrativa à frente do cargo. A apuração ficará a cargo da Superintendência da PF em Brasília.  
Como informou o jornal "Folha de S.Paulo" no mês passado, Wajngarten é sócio da FW Comunicação, empre-

sa que tem contratos com emissoras de televisão e agências que recebem verba de publicidade da Secom. Como titular da secretaria, uma das atribuições de Wajngarten no governo é direcionar a publicidade oficial, o que configuraria conflito de interesses com sua participação na FW Comunicação.  
Em nota, Wajngarten afirmou que a abertura do inquérito é "mais um passo na rotina do processo de investigação solicitado" pelo MPF. Ele disse que teria a "oportunidade de provar" que não há irregularidades

em sua gestão na Secom. Wajngarten acrescentou que não há qualquer relação entre a liberação de verbas de publicidade e os contratos da FW Comunicação.

A lei que trata de regras de conduta na administração federal estabelece que configura conflito de interesses quando é praticado "ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes,



REUTERS/ARRIARO MACHADO/29.3.2020

consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão". Uma das penalidades previstas é a demissão do cargo.

Quando assumiu o cargo, Wajngarten não informou à Comissão de Ética da Presidência que mantinha relações comerciais com empresas destinatárias de verbas de publicidade do governo. A Comissão de Ética analisa o caso, e se reunirá na próxima vez no dia 19.

Há também um processo em andamento no Tribunal de Contas da União (TCU) que apura o suposto uso de critérios políticos, em detrimento de fatores técnicos, para a distribuição de verbas de publicidade para TVs abertas.

